

ATIVOS INTANGÍVEIS: UM ESTUDO DA EVIDENCIAÇÃO E APLICAÇÃO NA CONTABILIDADE DE EMPRESAS BRASILEIRAS DO RAMO DE TECNOLOGIA¹

Lucas Zanon Dametto²

Márcia Bianchi³

RESUMO

As empresas abertas devem evidenciar em suas notas explicativas a composição dos seus ativos intangíveis, segregando-os entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis, bem como, atentar para as formas de reconhecimento, mensuração e divulgação conforme o tipo de ativo intangível. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar o reconhecimento e a forma de divulgação de ativos classificados como intangíveis, seguindo a convergência da contabilidade para as normas internacionais, aplicando esta análise em empresas do ramo de tecnologia, listadas na BM&FBovespa. Desta forma, foi realizada uma pesquisa descritiva e documental, com abordagem qualitativa, analisando as sete empresas pertencentes ao setor, à luz do CPC 04, de ativos intangíveis, entre os anos de 2008 e 2013. Observou-se que somente três empresas apresentaram a evidenciação correta dos seus ativos intangíveis no que tange o CPC pesquisado. Temporalmente, verificou-se aprimoramento da qualidade e do detalhamento das informações divulgadas. Deve-se considerar esta evolução positiva do nível de evidenciação, devido, principalmente, a absorção e a compreensão adequada das novas exigências. A partir dos dados analisados, pode-se inferir que as empresas ainda não adotam, plenamente, o normativo de ativos intangíveis. A falta do cumprimento destes normativos, desta forma, prejudica a análise da empresa, bem como, sua comparabilidade com outra organização, além de não cumprir a premissa de fornecer aos *stakeholders* uma informação útil e completa.

Palavras-chave: Ativo intangível. Evidenciação. Ramo Tecnologia BM&FBovespa.

ABSTRACT

Public companies must disclose in their notes: the composition of its intangible assets, segregating them between internally generated intangible assets and other intangible assets, the appropriate form of recognition, measurement and disclosure, depending on the type of intangible asset. Thus, the objective of this research is to analyze the form of recognition and disclosure of assets classified as intangible, following the convergence of accounting to international standards, applying this analysis to companies in the technology sector listed on the BM&FBovespa. Therefore, a descriptive and documentary research was carried out with a qualitative approach, analyzing the seven companies in the sector, concerning the CPC 04, of intangible assets, between the years of 2008 and 2013. It was observed that only three

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no primeiro semestre de 2014, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

² Graduando do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). (lucaszanon91@gmail.com).

³ Orientadora: Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. (marcia.bianchi@ufrgs.br).

companies disclosed their information regarding intangible assets according to the CPC addressed in this study. Temporally, it was verified an improvement of the quality and detailing in the information disclosed. It is possible to infer that this improvement happened, mainly, due to the absorption and proper understanding of the new requirements. According to the data analyzed, it can be inferred that firms do not properly follow the accounting rules imposed to them regarding disclosure of intangible assets. Therefore, the lack of compliance with regulatory affects the analysis of companies, as well as its comparability with other organization. Moreover, the financial statements will not fulfill its premise of providing useful and complete information to the stakeholders.

Keywords: Intangible asset. Disclosure. Technology Sector of BM&FBovespa.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade, mediante a aplicação dos Princípios Contábeis, busca efetuar os registros das operações realizadas pelas empresas, segundo os seus preceitos, de forma a produzir informações confiáveis e tempestivas (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 1994). Sendo assim, os seus usuários as utilizam como fonte de informações confiáveis para utilizá-las na tomada de decisão.

Diante das alterações realizadas na legislação societária brasileira com as Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, responsáveis pela aproximação da contabilidade brasileira às normas contábeis internacionais, foi adicionado o grupo de ativos intangíveis ao ativo não circulante no Balanço Patrimonial. Desta forma, surge a necessidade de verificar a melhor forma de mensurar e reconhecer estes ativos, de acordo com as exigências legais.

A correta mensuração e registro de ativos intangíveis deve ser feita, primeiramente, pela exigência legal. Para fins deste estudo, no entanto, serão analisadas as consequência destes registros, com base nas demonstrações contábil-financeiras, pois as mesmas são geradas para reporte externo (usuários das demonstrações contábil-financeiras não pertencentes à empresa), relatando a sua situação financeira e patrimonial. Para as empresas de tecnologia, cuja atividade é direcionada para a criação de programas e sistemas para terceiros, a contabilização do ativo intangível tem impacto relevante, no que tange a análise financeira e patrimonial da empresa, visto que o seu ativo intangível demonstra o valor dos bens gerados em sua atividade.

Devido à própria natureza incorpórea dos ativos intangíveis, os mesmos estão sujeitos à aplicação de estudos e cálculos para a confirmação do seu valor, bem como, o benefício futuro que os mesmos trarão para a empresa. Segundo Crisóstomo (2009, p. 7), “os processos de reconhecimento e mensuração de ativos intangíveis são complexos e a busca de um padrão

tem o objetivo de evitar a adoção de práticas muito diferentes que dificultem o processo de análise e avaliação de empresas e também a comparação entre elas”.

De acordo com o exposto, surge a questão que motiva esta pesquisa: Como as empresas do ramo de tecnologia reconhecem e divulgam os ativos intangíveis em sua contabilidade, e por consequência, em suas demonstrações contábil-financeiras, a fim de cumprir as exigências legais vigentes?

O objetivo desta pesquisa é analisar o reconhecimento e a forma de divulgação de ativos classificados como intangíveis, seguindo a convergência da contabilidade para as normas internacionais, aplicando esta análise em empresas do ramo de tecnologia, listadas na BM&FBovespa.

Este artigo está organizado em: introdução; base teórica; procedimentos metodológicos; análise de dados; e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórica deste estudo é constituída de conceitos e classificações necessárias ao entendimento desta análise, método de mensuração, avaliação e evidenciação de ativos intangíveis e estudos relacionados a este assunto.

2.1 ATIVO INTANGÍVEL

O aprimoramento do conhecimento humano e da aprendizagem interativa contínua, segundo Colauto *et al.* (2009), é necessário para que as organizações obtenham um diferencial competitivo entre seus concorrentes na Era da Informação. Desta forma, o autor explica que “os ativos intangíveis constituem-se em recursos essenciais à geração de valor nas organizações” (COLAUTO *et al.*, 2009, p. 148).

A complexidade do entendimento dos ativos intangíveis deve-se à dificuldade em definir o que é um ativo intangível (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007). Sendo assim, verifica-se que ativo é um recurso controlado pela empresa, o qual foi adquirido a partir de eventos passados, e que trará benefícios econômicos futuros para a entidade (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC 04, 2010). Para Hendriksen e Van Breda (2007, p. 286), ativo são “potenciais de fluxo de serviço ou direitos a benefícios futuros sob controle de uma organização”.

O ativo intangível, segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em seu CPC 04 (2010, p. 9), “é um ativo não monetário identificável sem substância física”. Para Perez e Famá (2004), os ativos intangíveis possuem natureza permanente, sem existência física, que estão à disposição e são controlados pela entidade, capazes de produzirem benefícios econômicos futuros. Quanto à classificação, os ativos intangíveis podem ser classificados como identificáveis e não identificáveis. A primeira classificação possui como exemplos as marcas, patentes, *softwares* e franquias, enquanto que na segunda classificação, o exemplo mais utilizado é o do *goodwill* (MENESES *et al.*, 2013).

Conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em seu CPC 15 (2011), *goodwill* “é um ativo que representa benefícios econômicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, os quais não são individualmente identificados e separadamente reconhecidos”. O *goodwill* segundo Glautier e Underdown (2001, p. 167), pode ser descrito como “a soma daqueles atributos intangíveis de um negócio que contribuem para o seu sucesso, tais como: uma localização favorável, uma boa reputação, a habilidade e perícia dos seus empregados e gestores e sua relação duradoura com credores, fornecedores e clientes”.

O Quadro 1 demonstra um resumo da situação relativa aos ativos intangíveis antes e após a Lei nº 11.638/2007.

Quadro 1 - Síntese da questão conceitual de intangíveis antes e depois da Lei nº 11.638/2007

Momento	Definição de Ativo Intangível
Antes da Lei nº 11.638/2007	Ausente. Referências a ativos intangíveis sem conceituação (NBC T.3.2, Deliberação CVM 488/2005, e, legislação fiscal abordada na seção 4.1).
Depois da Lei nº 11.638/2007	Nova redação do art. 179, VI da Lei nº 6.404/1976 dada pela Lei nº 11.638/2007: “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido”. Pronunciamento CPC 04, item 8: “Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física”.

Fonte: Crisóstomo (2009, p. 6).

A fim de informar corretamente o valor de um bem ou direito, deve-se estabelecer uma forma padronizada de avaliação para os mesmos. O valor justo é uma forma de mensurar um ativo ou passivo, com base em preços de mercado, e não o valor que este ativo (ou passivo) apresenta para uma determinada entidade (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2012). Para Castro *et al.* (2008, p. 113)

O conceito mais disseminado de valor justo de um ativo consiste no montante que poderia ser obtido em uma operação de compra ou venda de um bem ou direito, em condições ideais, ou seja, partes interessadas, operação sem liquidação, sem venda ou compra forçada e realizada em um ambiente social, jurídico e econômico estável.

Com o intuito de demonstrar com clareza aos seus *stakeholders* sua situação patrimonial e financeira, as empresas elaboram demonstrações financeiras ao final do seu exercício social. As demonstrações exigidas são: balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração dos fluxos de caixa; e, se companhia aberta, demonstração do valor adicionar (BRASIL, 1976).

2.2 MENSURAÇÃO E RECONHECIMENTO

Segundo Crisóstomo (2009), usualmente os sistemas contábeis fazem referência a três tipos de ativos intangíveis: *goodwill*, pesquisa e desenvolvimento e outros ativos intangíveis (exemplo: marcas, patentes, direitos e autorias, etc). O autor menciona que, devido à diversificação e complexidade dos tipos de ativos registrado como intangíveis, a busca de um padrão de reconhecimento e mensuração auxiliam na análise e avaliação de empresas portadoras destes bens (neste caso, incorpóreos), além de possibilitar a comparação entre elas.

Um ativo intangível pode ser registrado, segundo CPC 04 (2010, p. 9), se

(a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e

(b) o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

A entidade deve avaliar a probabilidade de geração dos benefícios econômicos futuros utilizando premissas razoáveis e comprováveis que representem a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

A entidade utiliza seu julgamento para avaliar o grau de certeza relacionado ao fluxo de benefícios econômicos futuros atribuíveis ao uso do ativo, com base nas evidências disponíveis no momento do reconhecimento inicial, dando maior peso às evidências externas.

Mediante o cumprimento das exigências de reconhecimento, o ativo intangível será registrado, inicialmente, pelo seu custo. É admitido o reconhecimento de custos diretamente atribuíveis ao bem adquirido quando necessários para a preparação do ativo para a sua finalidade proposta, até o momento em que o bem esteja nas condições operacionais pretendidas pela administração (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC 04, 2010). Ou seja, são exemplos de custos atribuíveis os gastos com empregados para a instalação do ativo, bem como, custos com testes para identificar se o bem foi instalado corretamente. Todavia, custos administrativos ou indiretos, custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço, ou custos devido à transferência das atividades para outro local não

podem ser reconhecidos como ativos intangíveis. Quando um ativo intangível for gerado internamente, ou seja, desenvolvido pela própria empresa, é possível registrar os respectivos gastos de desenvolvimento, conforme o CPC 04 (2010), se:

- (a) for provável que benefícios econômicos fluirão para a entidade;
- (b) for possível mensurar o seu custo com segurança;
- (c) a entidade possuir premissas comprováveis e razoáveis de que a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros representa a melhor estimativa no que tange as circunstâncias econômicas presentes ao longo da vida útil deste ativo; e
- (d) a entidade tiver condições de demonstrar capacidade técnica de desenvolver seu projeto, condições de vendê-lo, intenção de finalizá-lo e condições de mensurar, com segurança, os gastos incorridos na fase do seu desenvolvimento.

Após o reconhecimento, a mensuração dos ativos intangíveis pode ser realizada pelo método de custo (líquido de eventuais amortizações acumuladas) ou, se permitido pela legislação, através do valor justo (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC 04, 2010).

2.3 EVIDENCIAÇÃO

Com o intuito de fornecer informações úteis e adequadas para seus usuários, a contabilidade realiza a evidenciação dos fatos econômicos relevantes, em uma linguagem acessível aos seus usuários, de forma justa e plena, utilizando premissas contábeis uniformes e consistentes (MALACRIDA; YAMAMOTO, 2006).

Conforme Iudicibus (1997), a divulgação das demonstrações financeiras das empresas deve ser realizada considerando as necessidades de informação dos usuários, atentando para os aspectos de materialidade e relevância, de forma a permitir que os usuários destas informações tenham entendimento adequado quanto à saúde financeira e patrimonial das empresas. Portanto, todos os elementos que afetem ou possam afetar as decisões dos usuários destas informações devem ser divulgados.

Portanto, segundo Avelino *et al.* (2012, p. 27)

a evidenciação pode ser entendida como um elemento de transparência para a gestão das empresas, uma vez que a divulgação de informações é imprescindível para que os usuários externos conheçam a posição da entidade e se certifiquem de que esta opera dentro dos limites considerados aceitáveis pela legislação, reduzindo, inclusive, a possibilidade de irregularidades e fraudes.

Segundo o CPC 04 (2010, p. 29-30), os ativos intangíveis devem ser evidenciados, considerando as suas classes, diferenciando os ativos gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- (a) com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizados;
- (b) os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;
- (c) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período;
- (d) a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;
- (e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período, demonstrando:
 - (i) adições, indicando separadamente as que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios;
 - (ii) ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda e outras baixas;
 - (iii) aumentos ou reduções durante o período, decorrentes de reavaliações nos termos dos itens 75, 85 e 86 e perda por desvalorização de ativos reconhecida ou revertida diretamente no patrimônio líquido, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
 - (iv) provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver);
 - (v) reversão de perda por desvalorização de ativos, apropriada ao resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver);
 - (vi) qualquer amortização reconhecida no período;
 - (vii) variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da entidade; e
 - (viii) outras alterações no valor contábil durante o período.

Segundo Queiroz *et al.* (2011, p. 8),

Com as leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, os ativos incorpóreos, presentes em diversas empresas, passaram a ser classificados em um subgrupo criado no Ativo Não-Circulante do Balanço Patrimonial: o Intangível. Tais ativos eram, anteriormente, classificados inapropriadamente em subgrupos como o Imobilizado e o Diferido.

Antes da divulgação e aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 04 de ativos intangíveis, a voluntariedade na evidenciação destes ativos exercia elevada importância para o fornecimento de informações aos *stakeholders*. Sendo assim, a efetivação do pronunciamento supracitado possibilitou a uniformização da evidenciação e divulgação dos ativos intangíveis (MOURA *et. al*, 2011).

Conforme Antunes e Leite (2008, p. 6), as alterações introduzidas pela Lei nº. 11.638/2007 “trouxeram alguns ganhos informacionais e, de forma geral, incorpora, mais fortemente, o conceito da Primazia da Essência sobre a Forma, principalmente na identificação dos recursos como ativos”.

O Quadro 2 demonstra uma síntese referente ao reconhecimento de ativos intangíveis antes e após a Lei nº 11.638/2007.

Quadro 2 - Síntese da questão do reconhecimento de intangíveis antes e depois da Lei nº 11.638/2007

Momento	Intangíveis adquiridos	Intangíveis gerados internamente
Antes da Lei nº 11.638/2007	<i>Goodwill</i> : Instrução CVM 349/2001.	Alguns gastos de P&D: Lei nº 6.404/1976, art. 179, V; e Deliberação CVM 029/1986.
Depois da Lei nº 11.638/2007	<i>Goodwill</i> : Pronunciamento Técnico CPC 04, item 10 e itens 35 a 40.	Desembolsos a partir da fase de desenvolvimento de projetos que atendam requisitos de intangibilidade e perspectiva de gerar benefícios: Pronunciamento Técnico CPC 04, itens 50 a 66.
	Demais intangíveis: Pronunciamento Técnico CPC 04, itens 25 a 32.	Impedimento de reconhecimento de marcas, títulos de publicações, listas de clientes e outros itens similares: Pronunciamento Técnico CPC 04, itens 62 e 63.

Fonte: Crisóstomo (2009, p.6).

Apesar do elevado nível de detalhamento quanto às exigências de divulgação, as empresas podem elevar a qualidade das informações que são evidenciadas em seus relatórios. Com base em estudos recentes, à luz da teoria da legitimidade, verificou-se que as empresas tendem a elevar o volume e a qualidade da divulgação das suas informações financeiras a fim de legitimar-se com o meio (sociedade) em que estão interagindo (RIBEIRO FILHO *et al.*, 2009).

2.4 ESTUDOS RELACIONADOS

O tema “mensuração e evidenciação de ativos intangíveis” é recente, devido as alterações da Lei nº 11.638/2007, bem como, à promulgação do CPC 04 de Ativos Intangíveis. A partir destas mudanças, foram realizados estudos sobre este assunto, sendo que, alguns, fazem parte do referencial teórico deste estudo.

Para Antunes e Leite (2008), este tema foi abordado no que tange a relevância da correta divulgação de ativos intangíveis, a partir da percepção de analistas de corretoras de valores brasileiras, objetivando a verificação da adequação das informações divulgadas pelas empresas para esta finalidade. Concluiu-se que os analisas consideram as informações de ativos intangíveis importantes para a análise das empresas, todavia, os mesmos não consideram as informações suficientes para a sua avaliação devido à falta de sistematização da divulgação destas informações.

O estudo realizado por Crisóstomo (2009) buscou analisar o tema de ativos intangíveis em diferentes mercados, incluindo no Brasil, bem como, tratou sobre a alteração na legislação brasileira quanto à evidenciação dos ativos intangíveis. O autor verificou a elevação do grau de divulgação de informações sobre ativos intangíveis nas empresas brasileiras, bem como, em âmbito internacional, verificando a falta de uniformidade na divulgação destas informações.

Na pesquisa realizada por Queiroz *et al.* (2011) foram analisados os aspectos relativos à convergência das Normas Internacionais sobre a contabilização de ativos intangíveis por empresas de medicamentos listadas na Bovespa. Os autores verificaram que duas, das três empresas analisadas, já efetuavam a divulgação de ativos intangíveis antes da obrigatoriedade legal. Portanto, a convergência da normatização contábil brasileira com as normas internacionais possibilita maior qualidade nas informações presentes nos demonstrativos contábeis.

Em Marques *et al.* (2011), foram verificadas os aspectos relativos à divulgação dos ativos intangíveis, dentro do contexto de aderência às novas normas vigentes a partir da Lei nº 11.638/2007, das empresas vencedoras do 13º prêmio ANEFAC – FIPECAFI – SERASA EXPERIAN – Troféu de Transparência 2009, com faturamento superior à quatro bilhões/ano. Os autores verificaram que a maioria das empresas analisadas atenderam às normas de divulgação vigente e complementaram que, devido à relevância do valor dos ativos intangíveis apresentados, a fim de demonstrar maior nível de qualidade na informação e transparência, as mesmas poderiam ter divulgado informações comparativas com os anos anteriores.

Avelino *et al.* (2012) buscaram analisar um índice de evidenciação das informações dos ativos intangíveis, a partir de um índice próprio, considerando critérios de reconhecimento, mensuração e registro. Neste estudo foram consideradas variáveis independentes como tempo de existência das empresas, porte e ramo de atuação (setores sensíveis). Os autores verificaram que, a partir de um índice de evidenciação próprio, as empresas analisadas não tiveram 100% de evidenciação das informações a luz da teoria analisada. Constatou-se a existência de uma relação entre o nível de evidenciação e o tamanho das empresas analisadas, todavia, não foi identificada uma relação entre o nível de evidenciação e as variáveis tempo de constituição e setor de atuação.

Meneses *et al.* (2013) estudaram os determinantes para o nível de evidenciação de informações sobre ativos intangíveis, devido à discricionariedade às práticas de *disclosure*, verificando a existência de incentivos econômicos que possam determinar um maior nível de

evidenciação. Os autores verificaram que não há maior observância das normas de ativos intangíveis em empresas listadas no Novo Mercado quando comparadas com as empresas listadas na BM&FBovespa dos outros dois níveis diferenciados de governança corporativa. Ademais, verificou-se maior incidência na divulgação de classes dos ativos intangíveis, valor contábil, valor amortizado, métodos de amortização e vidas úteis dos ativos intangíveis.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada neste estudo é classificada quanto aos seguintes aspectos: (a) pela forma de abordagem do problema, (b) de acordo com seus objetivos e (c) com base nos procedimentos técnicos utilizados.

Quanto à forma de abordagem do problema esta pesquisa classifica-se como qualitativa, pois, conforme Raupp e Beuren (2008, p. 91), “visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo”. O estudo buscou analisar características específicas sobre a metodologia de reconhecimento e mensuração de ativos intangíveis.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como descritiva, pois teve como seu principal objetivo descrever a aplicação dos normativos legais, no que tange ativos intangíveis, a qual foi realizada a partir da análise das exigências para a divulgação de demonstrações financeiras disponíveis ao público geral.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, esta pesquisa classifica-se como pesquisa documental, visto que foi realizada uma pesquisa em fontes informações que ainda não receberam tratamento analítico (documentos de primeira e segunda mão) (GIL, 1999).

A população utilizada para a realização deste estudo são as demonstrações contábil-financeiras consolidadas entre 2008 e 2013, após a promulgação da Lei nº 11.638/2007, das sete empresas do segmento de tecnologia da informação (programas e serviços) listadas na BM&FBovespa, visto que parte das atividades deste setor consistem no desenvolvimento de ativos intangíveis (softwares), sendo impactadas, diretamente, pela aplicação das novas normas relativas à mensuração e evidenciação de ativos intangíveis. São elas: Gama Participações S.A., Ideiasnet S.A., Linxs S.A., Quality Software S.A., Senior Solution S.A., Telec Brasileiras S.A., Telebras e TOTVS S.A. As demonstrações utilizadas para esta análise são os balanços patrimoniais, demonstração dos resultados do exercício, notas explicativas e parecer dos auditores independentes.

Estas demonstrações foram coletadas do site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em seguida, foram compilados os dados necessários para o estudo e os mesmos

foram analisados e interpretados com auxílio da legislação e do pronunciamento contábil relativo a ativos intangíveis (CPC 04). Desta forma, foram elaborados quadros para cada uma das empresas que fazem parte do estudo, bem como, realizou-se uma análise geral dos resultados.

Os quadros foram elaborados com base nas informações divulgadas pelas próprias empresas, entre os anos de 2008 e 2013, e são compostos pelas seguintes informações: distinção entre os ativos gerados internamente e os outros ativos intangíveis; se os ativos possuem vida útil definida ou indefinida, informando o prazo de vida útil, quando aplicável; métodos de amortização para os ativos de vida útil definida; valor contábil bruto, líquido de amortizações acumuladas e perdas de valor recuperável, no início e no final do período; a rubrica na demonstração dos resultados do exercício onde foram inclusas as amortizações de ativos intangíveis; a conciliação do valor contábil do ativo intangível no início e no final do período.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

De encontro ao objetivo deste estudo, de analisar a evidenciação das informações sobre ativos intangíveis de empresas brasileiras do ramo de tecnologia de programas e serviços, foram compilados quadros com as informações exigidas pela legislação vigente. As análises foram realizadas individualmente para cada empresa e, ao final, foi realizada uma análise global.

O Quadro 3, a seguir, apresenta as informações compiladas referente a empresa Gama Participações S.A.

Quadro 3 – Ativos Intangíveis - Gama Participações S.A.

Ano	Segregação de Ativos Intangíveis	Vida útil definida (e prazo) ou indefinida e amortização	Valor contábil	Conciliação e Amortização
2008	Nas demonstrações consolidadas da empresa, verificou-se a segregação dos ativos gerados internamente e os outros ativos. Os mesmos são constituídos, substancialmente, por gastos ligados, diretamente, a projetos de desenvolvimento de <i>softwares</i> .	A empresa calcula a amortização dos ativos para cinco anos, desta forma, entende-se que a vida útil destes ativos, para a administração da empresa, é definida (cinco anos).	Foi informado o valor de cada projeto, os direitos de uso (<i>softwares</i>), e marcas e patentes. Também foi informada a amortização acumulada e o valor líquido do ativo intangível, no ano atual e no anterior.	Foram apresentados os saldos iniciais e finais (2007 e 2008), todavia, não foi realizada a conciliação (adições, baixas, outras movimentações). Não foi demonstrada a rubrica de resultado com a despesa de amortização.
2009	Não foram identificados ativos intangíveis. Em 15/06/2009 a Companhia alienou a totalidade das ações que detinha da Appi Tecnologia S.A.	Não foram identificados ativos intangíveis. Em 15/06/2009 a Companhia alienou a totalidade das ações que detinha da Appi Tecnologia S.A.	Não foram identificados ativos intangíveis. Em 15/06/2009 a Companhia alienou a totalidade das ações que detinha da Appi Tecnologia S.A.	Não foram identificados ativos intangíveis. Em 15/06/2009 a Companhia alienou a totalidade das ações que detinha da Appi Tecnologia S.A.
2010	Não foram identificados ativos intangíveis.	Não foram identificados ativos intangíveis.	Não foram identificados ativos intangíveis.	Não foram identificados ativos intangíveis.
2011	Não foram identificados ativos intangíveis.	Não foram identificados ativos intangíveis.	Não foram identificados ativos intangíveis.	Não foram identificados ativos intangíveis.
2012	Não foram identificados ativos intangíveis.	Não foram identificados ativos intangíveis.	Não foram identificados ativos intangíveis.	Não foram identificados ativos intangíveis.
2013	Não foram identificados ativos intangíveis.	Não foram identificados ativos intangíveis.	Não foram identificados ativos intangíveis.	Não foram identificados ativos intangíveis.

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2014).

Observa-se, por meio do Quadro 3, que a empresa apresentou ativos intangíveis somente no ano de 2008. No ano de 2009, a empresa divulgou a alienação total do seu investimento na empresa Appi Tecnologia S.A., detentora dos ativos intangíveis apresentados em 2008, na publicação das demonstrações consolidadas, não apresentando dados para análise pertinente a este estudo nos anos seguintes (2009 até 2013).

Na evidenciação do ano de 2008, considerando as exigências do CPC de ativos intangíveis, verificou-se a correta apresentação destes ativos no que tange: a segregação entre ativos gerados internamente e outros ativos, identificação da vida útil dos ativos e seu prazo e forma de amortização; e, foi informado o valor contábil bruto dos ativos, a amortização acumulada total, e seu valor líquido. Contudo, não foi informada a rubrica de despesas com

amortização na demonstração do resultado do exercício, bem como, não foi apresentada a conciliação entre o saldo inicial (01/01/2008) e o saldo final (31/12/2008) dos ativos intangíveis, informando adições, baixas e outras movimentações, tendo apresentado, somente, os saldos finais nestas datas.

O Quadro 4 apresenta as informações compiladas referente a empresa Ideiasnet S.A.

Quadro 4 – Ativos Intangíveis - Ideiasnet S.A.

Ano	Segregação de Ativos Intangíveis	Vida útil definida (e prazo) ou indefinida e amortização	Valor contábil	Conciliação e Amortização
2008	Foi informado que o saldo de ativos intangíveis nas demonstrações consolidadas referem-se, basicamente, a um <i>website</i> da Latin e Ventures.	A empresa calcula a amortização dos ativos para cinco anos, desta forma, entende-se que a vida útil destes ativos, para a administração da empresa, é definida (cinco anos).	Somente foi informado o valor do ativo intangível no balanço patrimonial de 2008, apresentando seu comparativo de 2007 (zerado), sem demonstrar o saldo de amortização acumulada	Não foram apresentadas as variações ocorridas nos ativos intangíveis da empresa (adições, baixas, amortização, transferências ou perdas com recuperabilidade). Também não foi demonstrada a despesa de amortização na rubrica das despesas da empresa.
2009	O grupo de ativos intangíveis deste ano é composto, basicamente, por ágio (goodwill), marcas e licenças e despesas pré-operacionais.	A empresa informou em nota explicativa que não identificou perda de recuperabilidade quanto ao ágio contabilizado, o qual possui vida útil indefinida. Para os outros ativos, não foram informados prazos de vida útil e formas de amortização.	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada e valor líquido, na data inicial e final do relatório.	Foi divulgada a movimentação dos ativos intangíveis da empresa, contemplando adições e amortizações do período. Também não foi demonstrada a despesa de amortização na rubrica das despesas da empresa.
2010	Os ativos são compostos por ágio, marcas e licenças, despesas pré-operacionais, custo de <i>software</i> , carteira de clientes e outros.	A empresa informou o prazo de amortização dos seus ativos de vida útil definida e realizou o teste de recuperabilidade dos seus ativos de vida útil indefinida, contabilizando as perdas identificadas.	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada e valor líquido, na data inicial e final do relatório.	Foi divulgada a movimentação dos ativos intangíveis da empresa, contemplando adições e amortizações do período. A empresa também demonstrou a despesa de amortização na rubrica de resultados.
2011	Os ativos são compostos por ágio, marcas e licenças, despesas pré-operacionais, custo de <i>software</i> , carteira de clientes e outros.	A empresa informou o prazo de amortização dos seus ativos de vida útil definida e realizou o teste de recuperabilidade dos seus ativos de vida útil indefinida,	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada e valor líquido, na data inicial e final do relatório.	Foi divulgada a movimentação dos ativos intangíveis da empresa, contemplando adições, baixas e amortizações do

		contabilizando as perdas identificadas.		período. A empresa também demonstrou a despesa de amortização na rubrica de resultados.
2012	Os ativos são compostos por ágio, marcas e licenças, despesas pré-operacionais, custo de <i>software</i> , carteira de clientes e outros.	A empresa informou o prazo de amortização dos seus ativos de vida útil definida e realizou o teste de recuperabilidade dos seus ativos de vida útil indefinida, contabilizando as perdas identificadas.	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada e valor líquido, na data inicial e final do relatório.	Foi divulgada a movimentação dos ativos intangíveis da empresa, contemplando adições, baixas e amortizações do período. A empresa também demonstrou a despesa de amortização na rubrica de resultados.
2013	Os ativos são compostos por ágio, marcas e licenças, despesas pré-operacionais, custo de <i>software</i> , carteira de clientes e outros.	A empresa informou o prazo de amortização dos seus ativos de vida útil definida e realizou o teste de recuperabilidade dos seus ativos de vida útil indefinida, contabilizando as perdas identificadas.	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada e valor líquido, na data inicial e final do relatório.	Foi divulgada a movimentação dos ativos intangíveis da empresa, contemplando adições, baixas e amortizações do período. A empresa também demonstrou a despesa de amortização na rubrica de resultados.

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2014).

Analisando o Quadro 4, verifica-se que a empresa apresentou ativos intangíveis ao longo dos anos analisados nesta pesquisa. A partir das demonstrações consolidadas, verificou-se a correta apresentação destes ativos nos anos analisados no que tange a segregação entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis.

No ano de 2008, além da apresentação correta da segregação dos ativos intangíveis, também foi informado adequadamente o prazo de vida útil e a amortização destes ativos. Todavia, averiguou-se que não foi divulgado o valor bruto dos ativos intangíveis, sua amortização acumulada, valor contábil líquido e as movimentações ocorridas (adições e baixas ocorridas no período), tendo sido informado, somente, o saldo apresentado no balanço patrimonial. Ademais, não foi apresentada a rubrica de despesas com amortização do período no resultado da empresa.

Já em 2009, verificou-se que além da correta segregação dos ativos intangíveis, também foram divulgados os valores contábeis brutos e líquidos dos ativos intangíveis e sua amortização acumulada (no início e no final do período compreendido no relatório), além das adições, baixas e amortizações realizadas ao longo do ano. A empresa, ainda, demonstrou que não identificou perdas de recuperabilidade para seus ativos intangíveis de vida útil indefinida

(ágio), entretanto, não informou os prazos de vida útil e formas de amortização dos ativos intangíveis restantes. Ademais, não foi evidenciada a despesa com amortização na rubrica de resultados.

Nos anos de 2010 a 2013, a Ideiasnet S.A. divulgou adequadamente todas as informações relativas aos ativos intangíveis, conforme as exigências do CPC de ativos intangíveis.

O Quadro 5 apresenta as informações compiladas referente a empresa Linxs S.A.

Quadro 5 – Ativos Intangíveis - Linxs S.A.

Ano	Segregação de Ativos Intangíveis	Vida útil definida (e prazo) ou indefinida e amortização	Valor contábil	Conciliação e Amortização
2008	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.
2009	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.
2010	A empresa não apresentou demonstrações financeiras para o ano de 2010. Todavia, a empresa divulgou suas demonstrações financeiras do ano de 2011 com três colunas, desta forma, utilizamos esta demonstração para fins de análise. Os ativos são compostos por <i>softwares</i> , desenvolvimento de <i>softwares</i> , marcas adquiridas, tecnologias adquiridas, carteira de clientes (aquisições), acordo de não concorrência (aquisições), ágio e outros ativos.	A empresa informou o prazo de amortização dos seus ativos de vida útil definida e sua taxa de amortização, e realizou o teste de recuperabilidade dos seus ativos de vida útil indefinida, não tendo apresentado perdas de recuperabilidade.	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada e valor líquido em três colunas (2009, 2010 e 2011).	Foi divulgada a movimentação dos ativos intangíveis da empresa, contemplando adições, baixas, e amortizações do período. Adicionalmente, a empresa segregou as adições e baixas realizadas no período das adições e baixas ocorridas devido a aquisições. A empresa apresentou suas despesas de amortização na rubrica de resultados, na nota de despesas por natureza.
2011	Os ativos são compostos por <i>softwares</i> , desenvolvimento de <i>softwares</i> , marcas	A empresa informou o prazo de amortização dos seus ativos de vida útil definida e sua taxa de amortização, e realizou o	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada e valor líquido em três	Foi divulgada a movimentação dos ativos intangíveis da empresa, contemplando

	adquiridas, tecnologias adquiridas, carteira de clientes (aquisições), acordo de não concorrência (aquisições), ágio e outros ativos.	teste de recuperabilidade dos seus ativos de vida útil indefinida, não tendo apresentado perdas de recuperabilidade.	colunas (2009, 2010 e 2011).	adições, baixas, e amortizações do período. Adicionalmente, a empresa segregou as adições e baixas realizadas no período das adições e baixas ocorridas devido a aquisições. A empresa apresentou suas despesas de amortização na rubrica de resultados, na nota de despesas por natureza.
2012	Os ativos são compostos por <i>softwares</i> , desenvolvimento de <i>softwares</i> , marcas adquiridas, tecnologias adquiridas, carteira de clientes (aquisições), acordo de não concorrência (aquisições), ágio e outros ativos.	A empresa informou o prazo de amortização dos seus ativos de vida útil definida e sua taxa de amortização, e realizou o teste de recuperabilidade dos seus ativos de vida útil indefinida, não tendo apresentado perdas de recuperabilidade.	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada e valor líquido em três colunas (2010, 2011 e 2012).	Foi divulgada a movimentação dos ativos intangíveis da empresa, contemplando adições, baixas, e amortizações do período. Adicionalmente, a empresa segregou as adições realizadas no período das adições ocorridas devido a aquisições. A empresa apresentou suas despesas de amortização na rubrica de resultados, na nota de despesas por natureza.
2013	Os ativos são compostos por <i>softwares</i> , desenvolvimento de <i>softwares</i> , marcas adquiridas, tecnologias adquiridas, carteira de clientes (aquisições), acordo de não concorrência (aquisições), ágio e outros ativos.	A empresa informou o prazo de amortização dos seus ativos de vida útil definida e sua taxa de amortização, e realizou o teste de recuperabilidade dos seus ativos de vida útil indefinida, não tendo apresentado perdas de recuperabilidade.	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada e valor líquido em três colunas (2010, 2011 e 2012).	Foi divulgada a movimentação dos ativos intangíveis da empresa, contemplando adições, baixas, e amortizações do período. Adicionalmente, a empresa segregou as adições realizadas no período das adições ocorridas devido a aquisições. A empresa apresentou suas despesas de amortização na rubrica de resultados, na nota de despesas por natureza.

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2014).

Observa-se, por meio do Quadro 5, que a empresa apresentou corretamente, segundo as exigências do CPC de ativos intangíveis, as informações necessárias referente a estes ativos em suas demonstrações financeiras nos anos de 2010 à 2013. Em sua nota explicativa de políticas contábeis, a administração divulgou natureza dos seus ativos intangíveis, método de avaliação, método de amortização e vida útil estimada (dos ativos de vida útil definida), bem como, as premissas para o registro dos seus ativos intangíveis.

Em sua nota de ativos intangíveis, foram divulgados os saldos contábeis, líquidos e brutos, amortização do período, amortização acumulada, adições e baixas (segregadas entre adições e baixas e adições e baixas resultantes de investimentos em outras empresas). A amortização do período está evidenciada na nota de despesas por natureza.

Não foi possível a verificação da divulgação destas informações dos anos de 2008 e 2009, visto que as mesmas não foram encontradas no endereço eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários. As análises realizadas no ano de 2010 refere-se à demonstração financeira do ano de 2011, visto que a administração opta por divulgar suas informações com dois anos comparativos (2009 e 2010). Não foi realizada a análise das informações do ano de 2009, pois as informações deste ano não possuem as informações comparativas do ano de 2008.

O Quadro 6 apresenta as informações compiladas referente a empresa Quality Software S.A.

Quadro 6 – Ativos Intangíveis - Quality Software S.A.

Ano	Segregação de Ativos Intangíveis	Vida útil definida (e prazo) ou indefinida e amortização	Valor contábil	Conciliação e Amortização
2008	A empresa não possui demonstrativos no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrativos no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrativos no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrativos no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.
2009	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.
2010	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.
2011	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da

	CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.
2012	Os ativos são compostos por projetos (ativos intangíveis gerados internamente) e marcas e patentes.	A empresa informou o prazo de amortização dos seus ativos de vida útil definida e sua taxa de amortização. O reconhecimento dos ativos intangíveis foi realizado com base no custo de aquisição.	A empresa divulgou, para o ano de 2012, o valor contábil líquido e a amortização acumulada dos ativos intangíveis. Com base nestes valores, é possível o cálculo do valor contábil bruto, porém, o mesmo não foi evidenciado na nota explicativa. Para o ano de 2011, a administração demonstrou o valor contábil bruto e o valor contábil líquido, não tendo demonstrado a sua amortização acumulada, todavia, é possível calcular a amortização acumulada com base nas informações prestadas.	A única informação sobre alterações ocorridas nos ativos intangíveis informada na demonstração financeira refere-se a “transferências”, porém, não há informações quanto à origem dos ativos transferidos. Também não foi evidenciado o valor da despesa de amortização do período.
2013	Os ativos são compostos por projetos (ativos intangíveis gerados internamente) e marcas e patentes.	A empresa informou o prazo de amortização dos seus ativos de vida útil definida e sua taxa de amortização.	A empresa divulgou, para o ano de 2013, o valor contábil líquido e a amortização acumulada dos ativos intangíveis. É possível a realização do cálculo do valor contábil bruto, porém, o mesmo não foi evidenciado na nota explicativa. Para o ano de 2012, a administração demonstrou o valor contábil bruto e o valor contábil líquido, não tendo demonstrado a sua amortização acumulada, todavia, é possível calcular a amortização acumulada com base nas informações prestadas.	A única informação sobre alterações ocorridas nos ativos intangíveis informada na demonstração financeira refere-se a “transferências”, porém, não houve transferências no período. Os gastos com amortização foram evidenciados na nota de Custos dos Produtos e Serviços.

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2014).

Com base nos dados compilados no Quadro 6, verifica-se que a empresa evidenciou, de forma correta nos anos de 2012 e 2013: os tipos de ativos intangíveis que possui, suas taxas e prazos de amortização e seus valores contábeis líquidos para os anos contemplados em cada demonstração financeira.

Na demonstração financeira do ano de 2012, em relação ao ano de 2012, a administração não evidenciou o valor contábil bruto dos seus ativos intangíveis, todavia, o mesmo pode ser calculado a partir do valor contábil líquido e da amortização acumulada destes ativos. Já em relação ao ano de 2011, não foi evidenciada a amortização acumulada do período, entretanto, a mesma pode ser calculada a partir do valor contábil bruto e líquido dos ativos intangíveis deste período. Nas demonstrações deste ano, também não foi evidenciada a despesa de amortização do período.

Na demonstração financeira do ano de 2013, em relação ao ano de 2013, a administração não evidenciou o valor contábil bruto dos seus ativos intangíveis, todavia, o mesmo pode ser calculado a partir do valor contábil líquido e da amortização acumulada destes ativos. Já em relação ao ano de 2012, não foi evidenciada a amortização acumulada do período, entretanto, a mesma pode ser calculada a partir do valor contábil bruto e líquido dos ativos intangíveis deste período.

Não foi possível a verificação da divulgação destas informações dos anos de 2008 a 2011, visto que as mesmas não foram encontradas no endereço eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários.

O Quadro 7 apresenta as informações compiladas referente a empresa Senior Solution S.A.

Quadro 7 – Ativos Intangíveis - Senior Solution S.A.

Ano	Segregação de Ativos Intangíveis	Vida útil definida (e prazo) ou indefinida e amortização	Valor contábil	Conciliação e Amortização
2008	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.
2009	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.
2010	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.	A empresa não possui demonstrações financeiras no site da CVM, desta forma, inviabilizando a análise neste ano.
2011	Os ativos são compostos por ágio, desenvolvimento de novos produtos,	A empresa informou o prazo de amortização dos seus ativos de vida útil definida, e realizou o	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada	Foi divulgada a movimentação dos ativos intangíveis da empresa,

	direitos de uso (<i>softwares</i>), carteira de clientes (controlada) e marcas e patentes.	teste de recuperabilidade dos seus ativos de vida útil indefinida, não tendo apresentado perdas de recuperabilidade.	e valor líquido, na data inicial e final do relatório.	contemplando adições, baixas e transferências do período. A empresa demonstrou a amortização do período na nota de ativos intangíveis, todavia, não foi evidenciada a despesa de amortização do ano na rubrica de resultado da empresa.
2012	Os ativos são compostos por ágio, desenvolvimento de novos produtos, direitos de uso (<i>softwares</i>), carteira de clientes (controlada) e marcas e patentes.	A empresa informou o prazo de amortização dos seus ativos de vida útil definida, e realizou o teste de recuperabilidade dos seus ativos de vida útil indefinida, não tendo apresentado perdas de recuperabilidade.	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada e valor líquido, na data inicial e final do relatório.	Foi divulgada a movimentação dos ativos intangíveis da empresa, contemplando adições, baixas e transferências do período. A empresa demonstrou a amortização do período na nota de ativos intangíveis, todavia, não foi evidenciada a despesa de amortização do ano na rubrica de resultado da empresa.
2013	Os ativos são compostos por ágio, desenvolvimento de novos produtos, direitos de uso (<i>softwares</i>), carteira de clientes (controlada) e marcas e patentes.	A empresa informou o prazo de amortização dos seus ativos de vida útil definida, e realizou o teste de recuperabilidade dos seus ativos de vida útil indefinida.	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada e valor líquido, na data inicial e final do relatório.	Foi divulgada a movimentação dos ativos intangíveis da empresa, contemplando adições, baixas e transferências do período. A empresa demonstrou a amortização do período na nota de ativos intangíveis, todavia, bem como, evidenciou a despesa de amortização do ano na rubrica de resultado da empresa.

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2014).

Com base nas informações compiladas no Quadro 7, verifica-se a correta divulgação nos anos de 2011 à 2013, segundo as premissas do CPC de ativos intangíveis: a composição e segregação dos ativos intangíveis, o método de amortização (para os ativos de vida útil definida), e a realização do teste de recuperabilidade (para os de vida útil indefinida), o saldo contábil bruto e líquido dos ativos, suas amortizações acumuladas, e as adições, baixas, amortizações e transferências ocorridas no ano contemplado pela demonstração financeira.

Nos anos de 2011 e 2012, não foi demonstrada a despesa de amortização na rubrica de despesas do resultado, todavia, esta informação foi divulgada na demonstração financeira do ano de 2013.

Não foi possível a verificação da divulgação destas informações dos anos de 2008 a 2010, visto que as mesmas não foram encontradas no endereço eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários.

O Quadro 8 apresenta as informações compiladas referente a empresa Telec Brasileiras S.A. Telebras.

Quadro 8 – Ativos Intangíveis - Telec Brasileiras S.A. Telebras

Ano	Segregação de Ativos Intangíveis	Vida útil definida (e prazo) ou indefinida e amortização	Valor contábil	Conciliação e Amortização
2008	Os ativos são compostos por direitos de uso de <i>softwares</i> e licenças.	A empresa informou o prazo de amortização destes ativos em nota explicativa (os quais possuem vida útil definida).	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada e valor líquido, na data inicial e final do relatório.	Tendo em vista que não houve alterações além da amortização do período, não há outras informações que necessitem ser divulgadas, no que tange a movimentação do ativo intangível, visto que o ativo divulgado pela empresa foi adquirido neste ano e sofreu somente despesas de amortização. As despesas de amortização foram evidenciadas na nota de despesas gerais e administrativas.
2009	Os ativos são compostos por direitos de uso de <i>softwares</i> e licenças.	A empresa informou o prazo de amortização destes ativos em nota explicativa (os quais possuem vida útil definida).	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada e valor líquido, na data inicial e final do relatório.	Não foram evidenciadas as alterações do ativo intangível. Neste ano foi apresentado o valor bruto dos ativos e a amortização acumulada no ano de 2009, não informando a amortização acumulada total. O cálculo da amortização acumulada total pode ser feito a partir do valor líquido do ativo intangível em 2009 e o seu custo (valor bruto).

				As despesas de amortização foram evidenciadas na nota de despesas gerais e administrativas.
2010	A empresa realizou a transferência do seu saldo remanescente de ativos intangíveis para o seu saldo de ativos imobilizados, alocando o saldo de 2009 na rubrica de ativos imobilizados para efeitos comparativos. Desta forma, a empresa não apresentou ativos intangíveis para análise no ano de 2010.	Não foram identificados ativos intangíveis.	Não foram identificados ativos intangíveis.	Não foram identificados ativos intangíveis.
2011	Não foram identificados ativos intangíveis. Na nota explicativa do ativo imobilizado, nas movimentações do ano de 2010, foi informado o saldo da reclassificação ocorrida neste ano.	Não foram identificados ativos intangíveis.	Não foram identificados ativos intangíveis.	Não foram identificados ativos intangíveis.
2012	Não foram identificados ativos intangíveis.	Não foram identificados ativos intangíveis.	Não foram identificados ativos intangíveis.	Não foram identificados ativos intangíveis.
2013	Os ativos intangíveis são compostos por sistemas aplicativos e direitos sobre autorizações. Vale ressaltar que, neste ano, os sistemas aplicativos foram classificados como ativos intangíveis.	Os prazos de amortização dos ativos, os quais possuem vida útil definida, foram informados em nota explicativa.	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada e valor líquido, na data inicial e final do relatório.	Foram divulgada as movimentações ocorridas no ativo intangível no ano de 2013. As despesas de amortização foram evidenciadas na nota de despesas gerais e administrativas.

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2014).

Com base nas informações compiladas no Quadro 8, verifica-se que a divulgação das informações relativas aos ativos intangíveis ocorreu de acordo com as exigências do CPC destes ativos no ano de 2008 e 2013.

Em 2009 a empresa realizou a divulgação correta, segundo as exigências legais vigentes, a composição dos ativos intangíveis, seus métodos e prazos de amortização, saldos contábeis brutos e líquidos. Entretanto, foi evidenciada a amortização acumulada somente no ano de 2009, não apresentando a amortização acumulada total na data do relatório

(31/12/2009). Porém, seu valor pode ser calculado a partir do valor líquido de ativos intangíveis de 2009 e seu valor bruto.

No ano de 2010 a administração informou que o saldo de ativos intangíveis havia sido transferido para a rubrica de ativos imobilizados, sob a classificação de sistemas aplicativos, com o intuito de adequar-se à legislação vigente. Todavia, no ano de 2013, a empresa divulgou ativos intangíveis, compostos por sistemas aplicativos e direitos sobre autorizações. Devido à falta de acesso a maiores informações sobre os ativos intangíveis que foram reclassificados no ano de 2010 e foram registrados como ativos imobilizados, não é possível tecer comentários quanto à exatidão da divulgação destes ativos como imobilizados.

Nos anos entre 2010 e 2012, não foram evidenciados ativos intangíveis, desta forma, não foram realizadas análises pertinentes a este estudo.

O Quadro 9 apresenta as informações compiladas referente a empresa TOTVS S.A.

Quadro 9 – Ativos Intangíveis - TOTVS S.A.

Ano	Segregação de Ativos Intangíveis	Vida útil definida (e prazo) ou indefinida e amortização	Valor contábil	Conciliação e Amortização
2008	Os ativos intangíveis são compostos por desenvolvimentos de produtos, marcas e patentes, direitos de exploração e direitos autorais de produtos desenvolvidos por terceiros, carteira de clientes, franquias, <i>softwares</i> , ágio e outros.	A empresa informou o prazo de amortização dos seus ativos de vida útil definida e sua taxa de amortização, e realizou o teste de recuperabilidade dos seus ativos de vida útil indefinida, não tendo apresentado perdas de recuperabilidade.	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada e valor líquido, na data inicial e final do relatório.	Foi divulgada a movimentação dos ativos intangíveis da empresa, contemplando adições, baixas e amortizações do período. A empresa também demonstrou a despesa de amortização em sua nota explicativa de ativos intangíveis, todavia, esta informação não foi evidenciada em sua rubrica de resultados.
2009	Os ativos intangíveis são compostos por desenvolvimentos de produtos, marcas e patentes, direitos de exploração e direitos autorais de produtos desenvolvidos por terceiros, carteira de clientes, franquias, <i>softwares</i> , ágio e outros.	A empresa informou o prazo de amortização dos seus ativos de vida útil definida e sua taxa de amortização, e realizou o teste de recuperabilidade dos seus ativos de vida útil indefinida, não tendo apresentado perdas de recuperabilidade.	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada e valor líquido, na data inicial e final do relatório.	Foi divulgada a movimentação dos ativos intangíveis da empresa, contemplando adições, baixas e amortizações do período. A empresa também demonstrou a despesa de amortização em sua nota explicativa de ativos intangíveis, todavia, esta informação não foi evidenciada em sua rubrica de resultados.

2010	Os ativos intangíveis são compostos por <i>softwares</i> , marcas e patentes, franquias, carteira de clientes, ágio e outros.	A empresa informou a taxa de amortização dos ativos de vida útil definida e realizou o teste de recuperabilidade dos seus ativos de vida útil indefinida, não tendo apresentado perdas de recuperabilidade.	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada e valor líquido, na data inicial e final do relatório.	Foi divulgada a movimentação dos ativos intangíveis da empresa, contemplando adições, baixas e amortizações do período. A empresa também demonstrou a despesa de amortização em sua nota explicativa de ativos intangíveis, todavia, esta informação não foi evidenciada em sua rubrica de resultados.
2011	Os ativos intangíveis são compostos por <i>softwares</i> , marcas e patentes, franquias, carteira de clientes, ágio e outros.	A empresa informou a taxa de amortização dos ativos de vida útil definida e realizou o teste de recuperabilidade dos seus ativos de vida útil indefinida, não tendo apresentado perdas de recuperabilidade.	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada e valor líquido, na data inicial e final do relatório.	Foi divulgada a movimentação dos ativos intangíveis da empresa, contemplando adições, baixas e amortizações do período. A empresa também demonstrou a despesa de amortização em sua nota explicativa de ativos intangíveis, todavia, não há evidenciação em sua rubrica de resultados.
2012	Os ativos intangíveis são compostos por <i>softwares</i> , marcas e patentes, franquias, carteira de clientes, ágio e outros.	A empresa informou a taxa de amortização dos ativos de vida útil definida e realizou o teste de recuperabilidade dos seus ativos de vida útil indefinida, não tendo apresentado perdas de recuperabilidade.	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada e valor líquido, na data inicial e final do relatório.	Foi divulgada a movimentação dos ativos intangíveis da empresa, contemplando adições, baixas e amortizações do período. A empresa também demonstrou a despesa de amortização em sua nota explicativa de ativos intangíveis e na nota de despesas por natureza. Todavia, não foi informada em qual rubrica da demonstração financeira esta despesa encontra-se.
2013	Os ativos intangíveis são compostos por <i>softwares</i> , marcas e patentes, franquias, carteira de clientes, ágio e outros.	A empresa informou a taxa de amortização dos ativos de vida útil definida e realizou o teste de recuperabilidade dos seus ativos de vida útil indefinida, não tendo	A empresa divulgou o valor contábil bruto dos ativos intangíveis, amortização acumulada e valor líquido, na data inicial e final do relatório.	Foi divulgada a movimentação dos ativos intangíveis da empresa, contemplando adições, baixas e amortizações do

		apresentado perdas de recuperabilidade.		período. A empresa também demonstrou a despesa de amortização em sua nota explicativa de ativos intangíveis e na nota de despesas por natureza. Neste ano, foi informado que as despesas por natureza tratam-se de despesas operacionais.
--	--	---	--	---

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa (2014).

Observa-se, por meio do Quadro 9, que a empresa TOTVS S.A. divulgou corretamente as informações relativas aos seus ativos intangíveis em todos anos analisados, segundo as exigências do CPC 04, no que tange: a segregação entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis, divulgação das taxas de amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida e testes de recuperabilidade dos ativos de vida indefinida; saldos contábeis brutos e líquidos no início e no final do período, informando o valor de depreciação acumulada, e a conciliação dos ativos intangíveis do início ao final dos relatórios (data inicial e final da demonstração financeira de cada ano).

Nos anos de 2008 a 2011, não foi informada a rubrica de resultado onde estão alocadas as despesas de amortização. Já no ano de 2012, a empresa divulgou uma nota explicativa de despesas por natureza, identificando a despesa de amortização, porém, ainda não informou em qual rubrica do resultado a despesa encontra-se. No ano de 2013, foi divulgada novamente a nota explicativa de despesas por natureza, todavia, a introdução desta nota explicativa informou que as despesas que estão sendo englobadas referem-se a despesas operacionais.

Realizando uma análise geral de todas as empresas pesquisadas, Gama Participações S.A., Ideiasnet S.A., Linxs S.A., Quality Softwares S.A., Senior Solution S.A., Telec Brasileiras S.A. Telebras e TOTVS S.A., pode-se observar que todas apresentaram ativos intangíveis para análise em, pelo menos, um dos anos pesquisados.

Todas as empresas realizaram a segregação correta, segundo as exigências do CPC de ativos intangíveis, dos ativos intangíveis gerados internamente e os outros ativos intangíveis.

No que tange a evidenciação dos prazos de amortização e/ou taxas de amortização, para ativos de vida útil definida, e testes de recuperabilidade de ativos de vida útil indefinida, seis empresas (Gama Participações S.A., Linxs S.A., Quality Softwares S.A., Senior Solution S.A., Telec Brasileiras S.A. Telebras e TOTVS S.A.) realizaram a divulgação correta.

À luz do tema pesquisado, cinco empresas (Gama Participações S.A., Linxs S.A., Senior Solution S.A., Telec Brasileiras S.A. Telebras e TOTVS S.A.) realizaram a evidenciação correta dos ativos intangíveis, informando os valores contábeis brutos, amortização acumulada, e valores líquidos. A empresa Quality Softwares S.A. não divulgou, explicitamente, a sua amortização acumulada, entretanto, é possível calcular este valor com base no valor do ativo bruto e ativo líquido. A empresa Ideiasnet S.A. não realizou a divulgação corretamente em apenas um ano.

Em relação à conciliação dos ativos intangíveis, verificou-se que a divulgação foi efetuada corretamente, em sua totalidade, com relação o tem abordado, por cinco empresas (Linxs S.A., Quality Softwares S.A., Senior Solution S.A., Telec Brasileiras S.A. Telebras e TOTVS S.A.). A empresa Ideiasnet S.A não apresentou a conciliação no ano de 2008, tendo divulgado esta informação nos anos seguintes, e a empresa Gama Participações S.A não efetuou a divulgação no ano de 2008 (sendo este o único ano que a empresa apresentou ativos intangíveis).

Quanto à divulgação da despesa de amortização na rubrica de resultados, três empresas (Linxs S.A., Quality Softwares S.A. e Telec Brasileiras S.A. Telebras) divulgaram corretamente esta informação corretamente. Duas empresas (Gama Participações S.A. e Senior Solution S.A.) não evidenciaram esta despesa na rubrica de resultado em todas as suas demonstrações financeiras disponíveis. A empresa Ideiasnet S.A. não divulgou estas informações nos anos de 2008 e 2009 e a empresa TOTVS S.A. não realizou esta evidenciação entre os anos de 2008 e 2012.

Com base nas informações analisadas, verificou-se que houve aprimoramento da qualidade das informações divulgadas, comparando as últimas demonstrações analisadas com as primeiras (no quesito temporal).

A falta de padronização da forma de evidenciação das informações analisadas, bem como, a ausência de algumas informações nos demonstrativos contábeis verificada nesta pesquisa prejudica a análise das empresas por parte de *stakeholders*. Os achados deste estudo são corroborados pelos estudos de Antunes e Leite (2008) e Crisóstomo (2009). Antunes e Leite (2008) evidenciaram a partir da percepção de analistas de corretoras de valores brasileiras, que os ativos intangíveis são considerados importantes para a avaliação das empresas, todavia, a falta de sistematização da divulgação prejudica suas análises. A mesma percepção quanto à falta de uniformidade na divulgação, porém, em âmbito internacional, foi verificada por Crisóstomo (2009).

Assim como na pesquisa de Avelino *et al.* (2012), que verificou que as empresas, em sua maioria, realizam a evidenciação de ativos intangíveis, contudo, não atendendo a totalidade das exigências dos normativos. Ainda, conforme o estudo deste autor, esta pesquisa também verificou maior qualidade nas informações divulgadas pelas empresas de maior porte, entre as empresas analisadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo analisar a evidenciação de ativos intangíveis nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras que constam na classificação da BM&FBovespa como pertencentes do setor de tecnologia da informação, no segmento de programas e serviços. A análise apresentou um ponto de fragilidade, considerando dois fatores: ausência de demonstrações contábeis disponíveis para análise e ausência de ativos intangíveis nos anos analisados.

Observou-se que apenas duas empresas, Linxs S.A. e Quality Software S.A., divulgaram a totalidade das informações analisadas de acordo com as exigências do CPC de ativos intangíveis. Com relação ao restante das empresas analisadas, a maior concentração de divergência entre a exigência do CPC e o apresentado nas demonstrações contábeis refere-se a evidenciação das despesas de amortização na rubrica de resultado; esta informação esteve incorreta (ou incompleta) para quatro empresas.

Os tipos de ativos intangíveis mais comuns presentes nas empresas estudadas foram marcas, patentes, licenças e *softwares*.

A partir das análises anteriores, pode-se inferir que as empresas ainda não adotam plenamente as normas brasileiras, não realizando a divulgação completa das informações necessárias em relação aos ativos intangíveis. A falta do cumprimento dos normativos afeta os *stakeholders*, tendo em vista a dificuldade para analisar o potencial real da empresa, bem como, prejudica a comparabilidade entre outras empresas. Tratando-se de uma alteração das práticas contábeis, a qual se tornou obrigatória com a promulgação da Lei nº 11.638/2007, deve-se considerar a evolução positiva do nível de evidenciação, devido, principalmente, a absorção e a compreensão adequada das novas exigências.

Para estudos futuros, sugere-se o acompanhamento das demonstrações contábeis destas empresas, em períodos posteriores ao analisado, a fim de verificar a tendência de aprimoramento e melhoria na qualidade das evidenciações.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. T. P; LEITE, R. S. Divulgação de Informações sobre Ativos Intangíveis e sua Utilidade para Analistas de Investimentos. **Revista Universo Contábil**, v. 4, n. 4, p. 22-38, out./dez. 2008.

AVELINO, B. C. *et al.* Evidenciação de Ativos Intangíveis: Estudo Empírico em Companhias Abertas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, p. 22-45, 2012.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Estabelece a legislação das sociedades anônimas brasileiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 27 abr. 2014.

CASTRO, V. C. B. *et al.* Fair value accounting: uma análise sobre a evolução do conceito de valor justo entre as normas internacionais e as normas brasileiras. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 3, n. 1, p. 112-126, 2008.

COLAUTO, R. D. *et al.* Evidenciação de ativos intangíveis Não Adquiridos nos Relatórios da Administração das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 1, p. 143-169, 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico 15**: Combinação de Negócios, 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/>> Acesso em: 26 abr. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico 46**: Mensuração do Valor Justo, 2012. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/>> Acesso em: 26 abr. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1)**: Ativo Intangível, 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/>> Acesso em: 26 abr. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução nº 774/94, de 16 de dezembro de 1994**. Aprova o apêndice à Resolução sobre Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: <http://www.crc.org.br/legislacao/princ_fundamentais/pdf/princ_fundamentais_rescfc774.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2014.

CRISÓSTOMO, V. L. Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 12, n. 1, p. 50-68, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLAUTIER, M. W. E.; UNDERDOWN, B. *Accounting theory and practice*. 7., Essex: Prentice Hall, 2001.

HENDRIKSEN, E. S; BREDA, M. V. **Teoria da contabilidade**. 6, São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do IBOVESPA. **Revista Contabilidade e Finanças**, USP, São Paulo, p. 65-79, set. 2006.

MARQUES, A. V. C. M *et al.* Análise da Evidenciação do Ativo Intangível nas Demonstrações Contábeis. **Pensar Contábil**, v. 13, n. 52, p. 45-54, 2011.

MENESES, A. F. *et al.* Determinantes do nível de *disclosure* de ativos intangíveis em empresas brasileiras. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 10, n. 2, p. 142-153, 2013.

MOURA, G. D. *et al.* Boas Práticas de Governança Corporativa e Evidenciação Obrigatória dos Ativos Intangíveis, 11, 2011. São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos112011/507.pdf>>. Acesso em: 23 maio. 2014.

PEREZ, M. M; FAMÁ, R. Características estratégicas dos ativos intangíveis e o desempenho econômico da empresa. **eGesta – Revista Eletrônica de Gestão de Negócios**, v. 2, n. 2, p. 69-96, 2006.

QUEIROZ, L. M. *et al.* Convergência das Normas Internacionais sobre Ativos Intangíveis pelas Empresas de Medicamentos Listadas na Bovespa: um estudo comparativo pré e pós as leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. In: SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO, XIV, 2011. São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/14semead/resultado/trabalhosPDF/964.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 76-92.

RIBEIRO FILHO, J. F. **Estudando Teoria da Contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.